

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 1299/2022-PGJ, DE 22.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5435/2021-PGJ, de 15.12.2021, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao ano de 2022, de forma que:

• onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
9 (19h01min) a 16.5.2022 (11h59min)	Grazia Strobel da Silva Gaifatto
14 (19h01min) a 20.6.2022 (11h59min)	Luiz Antônio Freitas de Almeida

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
9 (19h01min) a 16.5.2022 (11h59min)	Luiz Antônio Freitas de Almeida
16 (19h01min) a 23.5.2022 (11h59min)	Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja

• passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
9 (19h01min) a 16.5.2022 (11h59min)	Luiz Antônio Freitas de Almeida
14 (19h01min) a 20.6.2022 (11h59min)	Grazia Strobel da Silva Gaifatto

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
9 (19h01min) a 16.5.2022 (11h59min)	Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja
16 (19h01min) a 23.5.2022 (11h59min)	Luiz Antônio Freitas de Almeida

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1300/2022-PGJ, DE 22.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5454/2021-PGJ, de 16.12.2021, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados, referente ao ano de 2022, de forma que:

• onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL E ESPECIALIZADA (CEL.: 98478-2087)
11 (19h01min) a 18.4.2022 (11h59min)	Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro
18 (19h01min) a 25.4.2022 (11h59min)	Ricardo Rotunno



- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL E ESPECIALIZADA (CEL.: 98478-2087)
11 (19h01min) a 18.4.2022 (11h59min)	Ricardo Rotunno
18 (19h01min) a 25.4.2022 (11h59min)	Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 1301/2022-PGJ, DE 22.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5464/2021-PGJ, de 16.12.2021, que estabeleceu a Escala de Plantão das Procuradorias de Justiça, referente ao ano de 2022, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS (CEL.: 98478-2062)
16 (19h01min) a 23.5.2022 (11h59min)	Jaceguara Dantas da Silva
19 (19h01min) a 26.9.2022 (11h59min)	Jaceguara Dantas da Silva

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS (CEL.: 98478-2122)
25.4 (19h01min) a 2.5.2022 (11h59min)	Jaceguara Dantas da Silva
15 (19h01min) a 22.8.2022 (11h59min)	Jaceguara Dantas da Silva
16 (19h01min) a 21.11.2022 (11h59min)	Jaceguara Dantas da Silva

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS (CEL.: 98478-2062)
16 (19h01min) a 23.5.2022 (11h59min)	Rogério Augusto Calabria de Araujo
19 (19h01min) a 26.9.2022 (11h59min)	Filomena Aparecida Depolito Fluminhan

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS (CEL.: 98478-2122)
25.4 (19h01min) a 2.5.2022 (11h59min)	Filomena Aparecida Depolito Fluminhan
15 (19h01min) a 22.8.2022 (11h59min)	Filomena Aparecida Depolito Fluminhan
16 (19h01min) a 21.11.2022 (11h59min)	Rogério Augusto Calabria de Araujo

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 1302/2022-PGJ, DE 22.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 15 (quinze) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos, que seriam usufruídos no período de 1º a 15.4.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00002666-1).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 1303/2022-PGJ, DE 22.3.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 14 (quatorze) dias de compensação de plantão à Promotora de Justiça Cristina Beraldo de Andrade, que seriam usufruídos no período de 10 a 23.5.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00002667-2).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 1304/2022-PGJ, DE 22.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 13 (treze) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Pedro Arthur de Figueiredo, que seriam usufruídos no período de 28.3 a 9.4.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00002672-8).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 1305/2022-PGJ, DE 22.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Rodrigo Jacobina Stephanini 5 (cinco) dias de férias remanescentes no período de 9 a 13.5.2022, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 1306/2022-PGJ, DE 22.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Rodrigo Jacobina Stephanini 10 (dez) dias de compensação nos períodos de 2 a 6.5.2022 e 16 a 20.5.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 20 a 27.4.2020, 6 a 13.7.2020, 23 a 30.11.2020 e 22 a 29.3.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1307/2022-PGJ, DE 22.3.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira 1 (um) dia de compensação no dia 18.3.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no dia 6.10.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1308/2022-PGJ, DE 22.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo 3 (três) dias de compensação no período de 23 a 25.3.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 15 e 16.2.2020 e 1º.8.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1309/2022-PGJ, DE 22.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes 5 (cinco) dias de férias compensatórias no período de 2 a 6.5.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2017 a 6.1.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1310/2022-PGJ, DE 22.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino 5 (cinco) dias de compensação nos dias 12 e 13.5.2022 e no período de 13 a 15.6.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 21.6.2020, 25 e 26.7.2020 e 22 e 23.8.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1311/2022-PGJ, DE 22.3.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja 2 (dois) dias de compensação nos dias 21 e 22.3.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 19 e 20.9.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1313/2022-PGJ, DE 22.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 15 (quinze) dias de compensação de plantão à Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja, que seriam usufruídos no período de 16 a 30.3.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00002639-4).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1316/2022-PGJ, DE 22.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 25 (vinte e cinco) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro, que seriam usufruídos no período de 1º a 25.4.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00002584-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1320/2022-PGJ, DE 22.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 9ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Emy Louise Souza de Almeida Albertini, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 25.4 a 4.5.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fernando Jorge Manweiler Esgaib.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1321/2022-PGJ, DE 22.3.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 49º Promotor de Justiça de Campo Grande, Gevair Ferreira Lima Junior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 31ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 18 a 20.4.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1322/2022-PGJ, DE 22.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 53º Promotor de Justiça da comarca de Campo Grande, Henrique Franco Cândia, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 14ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 4 a 13.4.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcelo Ely.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1323/2022-PGJ, DE 22.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 38º Promotor de Justiça de Campo Grande, Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 17ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 7, 8, 28 e 29.4.2022 e nos períodos de 11 a 13.4.2022 e 18 a 20.4.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1327/2022-PGJ, DE 22.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro por meio da Portaria nº e-1427/2021-PGJ, de 11.11.2021, de forma que, onde consta: "de 7 a 25.3.2022"; passe a constar: "de 2 a 20.5.2022".

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1328/2022-PGJ, DE 22.3.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 21.3.2022, do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Carla Bianca Rodrigues da Silva, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1329/2022-PGJ, DE 22.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Giovani Augusto Filgueiras Ferra para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, no Grupo Especial de Combate à Corrupção, Gecoc, decorrente da exoneração de Carla Bianca Rodrigues da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 0019/2022/AOP/PGJ SIGILO (ART. 23, VIII, DA LEI 12.527/2011)

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de procedimento, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 24 de fevereiro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0020/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2021.00006320-8, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 03 de março de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 0021/2022/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2021.00008626-7, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 14 de março de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0022/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Janaína Scopel Bonatto, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2021.00008244-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 14 de março de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0023/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Fábio Adalberto Cardoso de Moraes, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2021.00008900-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 14 de março de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 0024/2022/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Simone Almada Góes, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2022.00001442-1, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 14 de março de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0025/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Inquérito Civil n° 06.2021.00000833-7, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 16 de março de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0026/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz, que oficia perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2022.00001723-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 17 de março de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 0027/2022/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz, que oficia perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2022.00001777-3, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 18 de março de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 1204/2022-PGJ, DE 17.3.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução n° 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Renato Boggi Rodrigues, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Engenharia, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de sua filha, a partir de 13.3.2022, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148 da Lei n° 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei n° 5.526, de 8.6.2020; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução n° 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 1205/2022-PGJ, DE 17.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução n° 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Thaís da Silva Rodrigues, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Projetos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Engenharia no período de 13.3 a 1º.4.2022, em razão de licença-paternidade do titular, Renato Boggi Rodrigues.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 1221/2022-PGJ, DE 18.3.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Lucas Santana Lima, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 3ª Promotoria de Justiça de Amambai, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Coronel Sapucaia, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 18 a 27.4.2022, em razão de férias da servidora Danielle Priscila Bernardo da Silva, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 1222/2022-PGJ, DE 18.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Thaís da Silva Rodrigues, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Projetos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Engenharia no período de 18 a 29.4.2022, em razão de férias e licença compensatória referente a feriado forense do titular, Renato Boggi Rodrigues.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-291/2022/PJ, DE 21.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Fernanda Meira Guerra Birolini, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 29.8 a 7.9.2022 e de 11 a 20.4.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 20 a 29.6.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-292/2022/PJ, DE 21.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Roberson Rosalin de Freitas, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 25.5 a 3.6.2022 e de 16 a 25.11.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 28.11 a 7.12.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-293/2022/PGJ, DE 21.3.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Rafael de Souza Mantilha, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 20.6 a 9.7.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.5.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-294/2022/PGJ, DE 21.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Edmilson Dutra Nogueira, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 30.7.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.5.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-295/2022/PGJ, DE 21.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Giovanna Bergamo Gomes Morelli, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 16.5 a 4.6.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 6 a 15.6.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-296/2022/PGJ, DE 21.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Karoline Bedatti Higashi, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídas nos períodos de 16.5 a 4.6.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 20 a 29.6.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-297/2022/PGJ, DE 21.3.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Rosângela Gomes de Oliveira Castro, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 13 a 22.10.2022 e de 1º a 10.12.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.5.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-298/2022/PGJ, DE 21.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Leonardo Coninck de Souza, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.7.2022 e de 8 a 17.9.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 26.5 a 4.6.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-300/2022/PGJ, DE 21.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Elvys Tomas Bernal, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 4.7 a 2.8.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-303/2022/PGJ, DE 21.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Andréa Rocha Benetti, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.5.2022 e de 16 a 25.8.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 21 a 30.11.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-304/2022/PGJ, DE 21.3.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Rui Leonardo Alonso Calado, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 25.5 a 3.6.2022, de 15 a 24.8.2022 e de 26.10 a 4.11.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-302/2022/PGJ, DE 21.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Gabriel Ignácio Lopes, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 25.5 a 3.6.2022 e de 3 a 12.11.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.12.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-301/2022/PGJ, DE 21.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Caroline Pires Aquino, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 12.11.2022 e de 9 a 18.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.6.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-305/2022/PGJ, DE 21.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir do dia 22/03/2022, as férias da servidora Lais Massuda Albuquerque de Oliveira, concedidas por meio da Portaria nº e-881/2021/PGJ, de 06.08.2021, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas no período de 30.05 a 07.06.2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-308/2022/PGJ, DE 22.3.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Kathyelle Agatha Palermo Faria Nantes Maciel, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 25.5 a 3.6.2022 e de 19 a 28.9.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 6 a 15.6.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-309/2022/PGJ, DE 22.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-251/2022-PGJ, de 14.3.2022, que concedeu férias ao servidor Yohhan Teruya, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 1º a 10.6.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 20 a 29.6.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-310/2022/PGJ, DE 22.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Luís Felipe Ibanhes Pereira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 28.9 a 7.10.2022 e de 8 a 17.2.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 17 a 26.5.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-311/2022/PGJ, DE 22.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Cassius Marcelus da Cruz Bandeira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 5 a 14.9.2022 e de 16 a 25.11.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 17 a 26.5.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000137 DE 21.03.2022 DO PROCESSO 09.2022.00002216-5**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Wanda Móveis e Equipamentos Ltda.

Licitação: Ata de Registro de Preços nº 06/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 2.630,00 (dois mil seiscentos e trinta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000137 de 21.03.2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000138 DE 21.03.2022 DO PROCESSO 09.2022.00002216-5

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Wanda Móveis e Equipamentos Ltda.

Licitação: Ata de Registro de Preços nº 06/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 1.917,00 (um mil novecentos e dezessete reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000138 de 21.03.2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000139 DE 21.03.2022 DO PROCESSO 09.2022.00002216-5

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Wanda Móveis e Equipamentos Ltda.

Licitação: Ata de Registro de Preços nº 06/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000139 de 21.03.2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000140 DE 21.03.2022 DO PROCESSO 09.2022.00002460-8

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Wanda Móveis e Equipamentos Ltda.

Licitação: Ata de Registro de Preços nº 06/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 9.705,00 (nove mil setecentos e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000140 de 21.03.2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 038/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00000022-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SERPA & SERPA LTDA**, representada por **Elenir Marion Kowalski**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 99,00 (noventa e nove reais), nos termos da Nota de Empenho 2022NE000189, de 20.01.2022.

Vigência: 23.02.2022 a 31.12.2022.

Data de assinatura: 23 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 118/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00002061-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **JOSÉ CARLOS DE SOUZA DUARTE**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000928, de 07.03.2022.

Vigência: 15.03.2022 a 31.12.2022.

Data de assinatura: 15 de março de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 119/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00002055-6

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **JOSÉ CARLOS DE SOUZA DUARTE**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000930, de 07.03.2022.

Vigência: 15.03.2022 a 31.12.2022.

Data de assinatura: 15 de março de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00001310-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **GEOTEC CONSULTORIA TOPOGRAFIA PROJETOS E OBRAS EIRELI**, representada por **Gilvane Alves de Souza**.

Licitação: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 24, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Execução de serviços de engenharia, referente aos serviços técnicos de determinação da resistência característica à compressão do concreto aplicado em vigas baldrame da obra da construção do Edifício-sede de unidade deste Ministério Público Estadual, no interior.

Valor total: R\$ 9.020,00 (nove mil e vinte reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000094, datada de 24.02.2022.

Vigência: 17.03.2022 até 17.03.2023.

Data de assinatura: 17 de março de 2022.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00001674-1

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **M GIROLDO DECORA LTDA**, representada por **João Carlos Guerra**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 37/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 32/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de material permanente – persianas, e serviços de instalação, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 5.129,10 (cinco mil cento e vinte e nove reais e dez centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2022NE000101 e 2022NE000102, datadas de 25.02.2022.

Vigência: 21.03.2022 a 21.03.2023.

Data de assinatura: 21 de março de 2022.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00001912-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **M GIROLDO DECORA LTDA**, representada por **João Carlos Guerra**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 37/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 32/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de material permanente – persianas, e serviços de instalação, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 14.888,16 (quatorze mil oitocentos e oitenta e oito reais e dezesseis centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2022NE000107 e 2022NE000108, datadas de 09.03.2022.

Vigência: 21.03.2022 a 21.03.2023.

Data de assinatura: 21 de março de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00002023-4

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- M GIROLDO DECORA LTDA, representada por **João Carlos Guerra**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 37/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 32/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de material permanente – persianas, e serviços de instalação, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 5.110,16 (cinco mil cento e dez reais e dezesseis centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2022NE000114 e 2022NE000115, datadas de 11.03.2022.

Vigência: 21.03.2022 a 21.03.2023.

Data de assinatura: 21 de março de 2022.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00002215-4

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- M GIROLDO DECORA LTDA, representada por **João Carlos Guerra**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 37/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 32/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de material permanente – persianas, e serviços de instalação, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 1.684,88 (um mil seiscentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2022NE000118 e 2022NE000119, datadas de 14.03.2022.

Vigência: 21.03.2022 a 21.03.2023.

Data de assinatura: 21 de março de 2022.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E MPGO

Processo: PGJ/10/4738/2019

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Aylton Flávio Vechi**.

Amparo legal: Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais 24 (vinte e quatro) meses, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 18.03.2022 a 17.03.2024.

Data de assinatura: 18 de março de 2022.



EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

DOURADOS

EDITAL Nº. 002/2022/05PJ/DOS

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS, faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2022, sendo os mesmos provenientes deste órgão ministerial, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS até o 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste.

Dourados, 18 de março de 2.022.

CLAUDIO ROGÉRIO FERREIRA GOMES

Promotor de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2022

PROVENIÊNCIA – (5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados)	PROCEDÊNCIA – (5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados)		
Órgão / Setor: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados	5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe/Subclasse 000.002- Correspondências expedidas (ofícios, memorandos, e -mails, faxes, cartas, bilhetes, avisos de recebimento de correspondência, comunicações internas, etc.) “folhas de frequência de estagiários”	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	2013	2018
Classe/Subclasse 000.002- Correspondências expedidas (ofícios, memorandos, e -mails, faxes, cartas, bilhetes, avisos de recebimento de correspondência, comunicações internas, etc.) “Ofícios Expedidos”		2010	2018
Classe/Subclasse 000.002- Correspondências expedidas (ofícios, memorandos, e -mails, faxes, cartas, bilhetes, avisos de recebimento de correspondência, comunicações internas, etc.) “Avisos de Recebimento”		2005	2016
Classe/Subclasse 000.002- Correspondências expedidas (ofícios, memorandos, e -mails, faxes, cartas, bilhetes, avisos de recebimento de correspondência, comunicações internas, etc.) “Lista de Postagem - Correios”		2017	2017
Classe/Subclasse 000.002- Correspondências expedidas (ofícios, memorandos, e -mails, faxes, cartas, bilhetes, avisos de recebimento de correspondência, comunicações internas, etc.) “Correspondências expedidas à PGJ”		2009	2017
Classe/Subclasse 000.003- Correspondências recebidas (ofícios, memorandos, e -mails, faxes, cartas, bilhetes, avisos de recebimento de correspondência, comunicações internas, etc.) “Ofícios Recebidos”		2010	2018
Classe/Subclasse 000.003- Correspondências recebidas (ofícios, memorandos, e -mails, faxes, cartas, bilhetes, avisos de recebimento de correspondência, comunicações internas, etc.) “Correspondências Recebidas da PGJ”		2009	2017
Classe/Subclasse 000.008 – Relatório de Atividades Mensal “Interceptações Telefônicas e Relatórios SIMPES”		2009	2015



Classe/Subclasse 100.008 – Pautas, atas, termos de audiência “ <i>Atas de Júris</i> ”		2016	2018
Classe/Subclasse 100.008 – Pautas, atas, termos de audiência “ <i>Pautas de Audiências – Juizado e 1� Vara Criminal de Dourados</i> ”		2012	2016
Classe/Subclasse 200.005 – Controle de Carga de Inquéritos “ <i>Enviados � CIP e Recebidos da CIP</i> ”		2011	2018
Classe/Subclasse 200.005 – Controle de Carga de Inquéritos “ <i>Enviados ao Fórum</i> ”		2011	2018
Classe/Subclasse 200.015 – Comunicações de Flagrantes (cópia)		2015	2019
Classe/Subclasse 200.013 – Manifestações diversas em processos judiciais (pareceres, petições, razões e contrarrazões, etc.)		2011	2018
Classe/Subclasse 200.013 – Manifestações diversas em processos judiciais (pareceres, petições, razões e contrarrazões, etc.) “ <i>cópias de cotas de dilação de prazo em inquéritos policiais</i> ”		2015	2016
Classe/Subclasse 200.013 – Manifestações diversas em processos judiciais (pareceres, petições, razões e contrarrazões, etc.) “ <i>Manifestações em Plantões</i> ”		2014	2019
Classe/Subclasse 200.003 – Livro de Registro de Documentos “ <i>Livro de Registro de Processos e Procedimentos das Operações ‘Owari’ e ‘Brothers’</i> ”		2009	2010
Classe/Subclasse 200.003 – Livro de Registro de Documentos “ <i>Livro de Registro de Comunicados de Flagrantes</i> ”	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06/11/2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	2010	2012
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Handreza Oviedo Alves Martins, Técnico I, mat. 800415-3 Data do preenchimento: 18 de março de 2.022.			

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

COXIM

EDITAL N  0018/2022/02PJ/CXM

A 2  Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está   disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes n  105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n  06.2022.00000214-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Antonio Nunes Vieira.

Assunto: *Apurar irregularidade jurídica ambiental referente a supressão de 4,45 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda Nova Aliança - Lote 10, em Coxim, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 310/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).*

Coxim/MS, 18 de março de 2022

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0015/2022/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002440-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Ildefonso José Amstalden Júnior.

Assunto: *Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00002984-6, entre o Ministério Público e o promissário Ildefonso José Amstalden Júnior.*

Coxim/MS, 16 de março de 2022

DANIELLA COSTA DA SILVA
Promotora de Justiça

IVINHEMA

EDITAL N.: 004/2022/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2022.00000264-7, que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2022.00000264-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Hospital Municipal de Ivinhema/MS, Município de Ivinhema

Assunto: “Apurar a falta ou insuficiência de medicamentos para a realização de cirurgias e internações no âmbito do Hospital Municipal de Ivinhema.

Ivinhema, 18 de março de 2022.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI
Promotor de Justiça

EDITAL N.: 005/2022/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2022.00002787-1, que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo n. PA 09.2022.00002787-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Secretaria Municipal de Saúde de Ivinhema/MS, Município de Ivinhema

Assunto: “Acompanhar a implementação de normativa interna referente a proibição de entrada de pessoas não integrantes na equipe sanitária em áreas restritas no âmbito das unidades municipais de saúde de Ivinhema

Ivinhema, 22 de março de 2022.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI
Promotor de Justiça

**EDITAL N.: 006/2022/02PJ/IVH**

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2022.00000276-9, que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2022.00000276-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Juliano Barros Donato

Assunto: “apurar a denúncia de possível assédio moral, ocorrido em 17/03/2022, nas dependências do Hospital Municipal de Ivinhema

Ivinhema, 22 de março de 2022.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

MIRANDA**EDITAL N° 002/2022**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2022.00002437-4

Representante: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Miranda e Bodoquena

Assunto: Acompanhar a Implementação do Fluxo de Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência nos Municípios de Miranda e Bodoquena, conforme preconizado na Lei n. 13.431/17 e no Decreto n. 9.603/18.”.

Miranda/MS, 22 de março de 2022.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

RIO VERDE DE MATO GROSSO**EDITAL N° 0006/2022/PJ/RVG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000237-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS

Assunto: Apurar a contratação irregular e excessiva de servidores temporários, por parte do Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, durante a gestão que se iniciou no ano de 2021.

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 21 de março de 2022.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça



COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BATAYPORÃ

EDITAL Nº 0006/2022/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2022.00002635-0, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002635-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Creas Taquarussu-MS

Assunto: Acompanhar as visitas de inspeção junto aos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, aplicadas a adolescentes em decorrência da prática de ato infracional – exercício 2022 – Taquarussu/MS.

Batayporã, 21/03/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0007/2022/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2022.00002634-0, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002634-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de Batayporã

Assunto: Acompanhar as visitas de inspeção junto aos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, aplicadas a adolescentes em decorrência da prática de ato infracional – exercício 2022 – Batayporã/MS.

Batayporã, 21/03/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0008/2022/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2022.00002630-6, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002630-6

Requerente: Ministério Público do Estado e Mato Grosso do Sul

Requerido: Associação de amigos do Lar Santo Antônio de Batayporã

Assunto: Formalizar a realização de visita de inspeção anual, referente ao ano de 2022, na instituição de longa permanência para idosos de Batayporã/MS, nos termos do artigo 1º da Resolução CNMP n. 154/2016 c/c artigo 1º da Instrução Normativa n. 1/2019- CGMP/MS.

Batayporã, 21/03/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0009/2022/PJ/BIP**

A Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2022.00002628-3, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002628-3

Requerente: Ministério Público

Requerido: Delegacia de Polícia Civil de Taquarussu/MS

Assunto: Registro e acompanhamento das visitas e inspeções na Delegacia de Polícia de Taquarussu/MS – exercício 2022, nos termos do artigo 4º, inciso I, da Resolução CNMP n. 20/2007.

Batayporã, 21/03/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0010/2022/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2022.00002627-2, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002627-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Delegacia de Polícia Civil de Batayporã/MS

Assunto: Registro e acompanhamento das visitas e inspeções na Delegacia de Polícia de Batayporã/MS – exercício 2022, nos termos do artigo 4º, inciso I, da Resolução CNMP n. 20/2007.

Batayporã, 21/03/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0011/2022/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2022.00002625-0, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002625-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Unidade de Acolhimento Institucional "Morada dos Anjos" em Batayporã-MS

Assunto: Acompanhar as inspeções técnicas dos serviços de acolhimento institucional e familiar desenvolvidos na Comarca de Batayporã/MS, durante o ano de 2022.

Batayporã, 21/03/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça



PORTO MURTINHO

EDITAL N. 0020/2022/PJ/PTM

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data da publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos n. 001/2022, referentes aos documentos da Promotoria de Justiça de Porto Murtinho, nos termos do disposto no artigo 12 da Resolução nº 025-2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018.

Os interessados, que tiveram alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, à Promotoria de Justiça de Porto Murtinho (pjportomurtinho@mpms.mp.br), até o dia 28 de março de 2022.

Porto Murtinho, 21 de março de 2022.

MAYARA SANTOS DE SOUSA
Promotora de Justiça Substituta

PROVENIÊNCIA (Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho)			PROCEDÊNCIA (Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho)		
Órgão/Setor: PJ Porto Murtinho			Órgão/Setor: PJ Porto Murtinho		
LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2022					
CLASSE	SUB CLASSE	DOCUMENTO	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
000	002	Correspondências Expedidas	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	2018	2019
000	003	Correspondências Recebidas		2018	2019
200	019	Inquéritos Cíveis		2010	2011
200	066	Procedimentos Administrativos		2017	2017
200	050	Notícias de Fato		2017	2018
200	003	Livro de Registro de Documentos		1994	2011
200	004	Termos/Oitiva de Declarações		2017	2019
200	044	Apuração de Ato Infracional (arquivamento e homologação de remissão)		2016	2017
200	005	Controle de Carga de Inquéritos			2018
Responsável pelo preenchimento: Ramão Waldir Ortiz – Técnico I Data do preenchimento: 21/03/2022					